COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.945, DE 2001

Acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que "dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências", determinando a entrega de cópia das leituras de consumo de serviços públicos.

Autor: Deputado Ronaldo Vasconcellos **Relator**: Deputado Professor Luizinho

I - RELATÓRIO

O faturamento de determinados serviços públicos, como o fornecimento de energia elétrica e de água para consumo humano, é feito com base na leitura de medidores instalados nos logradouros atendidos. A proposta em apreciação consiste em assegurar aos consumidores de tais serviços o direito a serem informados das leituras realizadas. Tal medida seria implementada mediante acréscimo de dispositivo ao Estatuto das Concessões e Permissões de Serviços Públicos.

Para justificar sua propositura, o Autor argumenta que a cobrança indevida, provocada por erros de leitura dos relógios, constitui uma das causas mais freqüentes de reclamação dos usuários de serviços públicos. Pondera que a identificação do problema antes da emissão da fatura pouparia contratempos e transtornos ao consumidor – o que, por sinal, se aplica também à empresa prestadora dos referidos serviços.

2

Não foram apresentadas emendas ao Projeto, perante este

Colegiado, durante o prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A obrigatoriedade de entrega de cópia da leitura efetuada

ao usuário protege seu interesse, evitando eventuais manipulações por parte de

empresas prestadores de serviços públicos. Inegável, por conseguinte, o mérito

da proposta.

Entrementes, a forma da proposição demanda pequeno

aperfeiçoamento, pois refere-se, tão-somente, às concessionárias de serviços

públicos, esquecendo-se das permissionárias. Tal falha é sanada pela emenda

que ora oferecemos.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei

n.º 5.945, de 2001, com a redação determinada pela Emenda anexa.

Sala da Comissão, em

de

de 2002.

Deputado Professor Luizinho

Relator